

PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO		
UNIDADE ACADÊMICA		CURSO OFERTANTE
Faculdade de Direito		Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário
COMPONENTE CURRICULAR: Questões socioambientais da terra		
CÓDIGO:	MODALIDADE: (X) Presencial () EaD	
CURSO ATENDIDO	Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário - Doutorado	
ANO/SEMESTRE: 2026/1	Horário de aula do componente curricular: Segundas – feiras, 14h30 às 17h	
DOCENTE(S): André Felipe Soares de Arruda, Emiliano Lobo de Godoi, Eriberto Francisco Bevilaqua Marin.		
2. EMENTA		
A posse e a propriedade da terra enquanto natureza. Questões ambientais referentes ao domínio sobre a terra. Conflitos ecológicos distributivos na perspectiva da ecologia política. Agrarismo conservador liberal e a mercantilização da vida, da terra, do trabalho, dos sujeitos e da natureza. Os agricultores tradicionais e a proteção ambiental. Conhecimentos, tradições e técnicas de manejo. Cultura. Justiça agrária.		
3. DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA		
CH TOTAL: 64	CH TEÓRICA: 64	CH PRÁTICA: 00
4. OBJETIVOS		
4.1 OBJETIVO GERAL Analisar de forma crítico-reflexiva a questão da posse e da propriedade da terra e seus efeitos sobre a proteção dos recursos naturais e a busca pelo desenvolvimento sustentável.		
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS - Debater os conceitos de posse e propriedade da terra - Avaliar os efeitos desses conceitos dentro do arcabouço legal ambiental - Analisar criticamente a Política Florestal, Lei 12.651/12, e seu papel na conservação dos recursos naturais; - Apresentar a Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433/97, e debater sobre os conflitos pelos usos das águas; - Discutir a Política Nacional Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), Lei 14.119/21, e seus efeitos na proteção dos recursos genéticos locais;		

5. CONTEÚDO

Unidade I: Posse e propriedade da terra

1. Posse e propriedade da terra: estar, desfrutar e conviver;
2. Terra privatizada e de uso coletivo;
3. Propriedade e renda da terra: poder ou atributo;
4. Terra, território e natureza.

Unidade II: Política Florestal

1. Conceitos básicos: Preservar; conservar; banco genético; corredor ecológico; poluição e degradação.
2. Direito a desmatar?
3. Reserva legal extra propriedade;
4. Imposto Territorial Rural – Grau de Utilização da Terra; Cadastro Ambiental Rural: Mito ou realidade?

Unidade III: Política Nacional de Recursos Hídricos

1. Água x recursos hídricos?
2. Direito ao uso dos recursos hídricos e dever de conservação;
3. Conflitos de uso;
4. Instrumentos de gestão.

Unidade IV: Direitos da Natureza

1. A natureza como sujeito de direitos.
2. Interdependência entre todos os elementos naturais.

6. METODOLOGIA

Propõe-se uma metodologia participativa visando estimular o debate das temáticas apresentadas, possibilitando uma análise crítica por parte do aluno no sentido da construção e apreensão de conceitos e suas implicações na conservação dos recursos naturais. A dinâmica de sala de aula incluirá a apresentação de seminários, prioritariamente em grupos, e a realização de artigo científico.

Quanto aos seminários:

1. Os Seminários deverão conter, obrigatoriamente, roteiro ou resumo a ser entregue aos alunos e docente, para o seu acompanhamento e anotações. Pode ser enviado por e-mail previamente, ou entregue no dia da apresentação.
2. Tempo de duração da explanação do tema: 40 a 50 minutos.
3. Após a apresentação, o(s) seminarista(s) deve(m) propor duas questões sobre o tema para discussão, a qual será relatada por aluno(s) selecionado(s) pelo docente, para

fins de fechamento dos debates e propositura de novas leituras ou pesquisa sobre o tema. As questões devem constar também do roteiro ou resumo entregue.

4. Ao final da apresentação será obrigatória a indicação das referências utilizadas na elaboração do seminário e resumo/roteiro, levando-se em consideração as normas da ABNT. Verificar a autenticidade e integridade das fontes de pesquisas, especialmente quando se tratar de textos e dados obtidos em meios eletrônicos.

5. É permitida a utilização de recursos audiovisuais. Entretanto, quanto à confecção de slides, evitar textos longos, dando preferência a tópicos, gráficos, tabelas, figuras, esquemas e fluxogramas, dando primazia à oratória, ao diálogo, discussão e interação com os demais colegas em sala de aula.

6. As referências sugeridas pela disciplina ao tema podem ser complementadas pelos seminaristas.

Obs.: O artigo científico deverá ser apresentado ao final da disciplina, como requisito de avaliação, levando-se em consideração as normas da ABNT quanto às referências, citações, elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

7. PROCESSOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada considerando os seguintes critérios:

- Seminários apresentados em sala: 40% da nota
- Participação nas discussões: 10% da nota
- Artigo Científico: 50% da nota.

8. LOCAL DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Secretaria do Programa de Pós-Graduação de Direito Agrário

9. BIBLIOGRAFIA

9.1 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALTMANN, Alexandre. Princípio do preservador-recebedor: contribuições para a consolidação de um novo princípio de direito ambiental a partir do sistema de pagamento por serviços ambientais, p. 125 - 161. In: SILVEIRA, Clóvis Eduardo Malinverni da (Org.). *Princípios do Direito Ambiental: atualidades*. Caxias do Sul: EDUCS, 2012. v. 1. Disponível em: <http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/esgc/biblioteca_eletronica/livros/principios_direito_ambiental_EDUCS_ebooks.pdf> Acesso em: 01 out. 2023.

ARAGÃO, Alexandra. A natureza não tem preço...mas devia: O dever de valorar e pagar os serviços dos ecossistemas. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, Portugal, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, out. 2011. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/17696/1/A%20natureza%20n%C3%A3o%20tem%20pre%C3%A7o%20Alexandra%20%20Arag%C3%A3o%2025%20de%20Outubro.pdf>> Acesso em: 01 jul. 2022.

_____. Direito constitucional do meio ambiente da União Europeia. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. *Direito constitucional ambiental brasileiro*. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2015

BECHARA, Erika. A compensação ambiental para implantação de empreendimentos sujeitos ao EPIA/RIMA e para empreendimentos dispensados do EPIA/RIMA. In: BENJAMIN, Antônio Herman; LECEY, Eladio; CAPPELLI, Sílvia. (Org.). *Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Uso sustentável da energia*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008, v. 1, p. 193-204.

BECHARA, Erika. *Uma contribuição ao aprimoramento do instituto da compensação ambiental previsto na Lei 9.985/2000*. 353 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/7713>> Acesso em: 01 jul. 2022.

BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2013.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. O princípio da sustentabilidade como Princípio estruturante do Direito Constitucional. *Tékhne: Revista de Estudos Politécnicos*, Barcelos (Portugal), v. 7, n. 13, p. 7-18, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-99112010000100002> Acesso em: 01 jul. 2022.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). Nosso futuro comum. Trad. *Our Common Future* (New York, 1987). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORREIA, Mary Lúcia Andrade; DIAS, Eduardo Rocha. Desenvolvimento sustentável, crescimento econômico e o princípio da solidariedade intergeracional na perspectiva da justiça ambiental. *Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e políticas públicas*, Macapá, n. 8, p. 63-80. 2016. Anual. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/2412>> Acesso em: 01 jul. 2022.

DERANI, Cristiane; SOUZA, Kelly Schaper Soriano de. Instrumentos econômicos na Política Nacional do Meio Ambiente: Por uma economia ecológica. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p.247-272, jan/jun. 2013. Semestral. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/319/349>> Acesso em: 01 jul. 2022.

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos. Cotas de Reserva Ambiental (CRA). Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas – Gvces (Org.). São Paulo: FEBRABAN, out. 2015. Disponível em: <<https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Cotas%20de%20Reserva%20Ambienta.pdf>> Acesso em: 01 jul. 2022.

FIQUEIRÓ, Fabiana da Silva; COLAU, Suzane Girondi. Competência legislativa ambiental e aplicação da norma mais restritiva como forma de resolução de conflitos: Uma análise crítica. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 11, n. 21, p.255-280, jan/jun. 2014. Semestral. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/competencia_legislativa_ambiental_e_aplicacao_da_norma_mais_restritiva_como_forma_de_resolucao_de_conflitos.pdf> Acesso em: 01 jul. 2022.

FRAGA, Jesús Jordano. *La protección de derecho a um médio ambiente adecuado*. Barcelona: J. M. Bosch, 1995.

GLOBAL WITNESS. *On dangerous ground*. Global Witness: Londres, jun. 2016. Disponível em: <https://business-humanrights.org/sites/default/files/documents/On_Dangerous_Ground.pdf> Acesso

em: 01 jul. 2022.

GODECKE, Marcos Vinicius; HUPFFER, Haide Maria; CHAVES, Iara Regina. O futuro dos Pagamentos por Serviços Ambientais no Brasil a partir do novo Código Florestal. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 31, p. 31-42, ago. 2014. Quadrimestral. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/34896>> Acesso em: 01 jul. 2022.

GUDYNAS, Eduardo. Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

JONAS, Hans. *El principio de responsabilidad*: ensayo de una ética para la civilización tecnológica. Barcelona: Helder, 1995.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? *Proposta*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, fev. 1997. Disponível em: <<http://files.zeartur.webnode.com.br/200000038-e0ad2e2a19/LAYRARGUES%20Do%20ecodesenvolvimento%20ao%20desenv%20sustentavel.pdf>> Acesso em: 01 jul. 2022.

9.2 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXY, Robert. Colisão de direitos fundamentais e realização de direitos fundamentais no Estado de Direito Democrático. *Revista de direito administrativo*, v. 217, p. 67-79, 1999.

ANDRADE, Adriano; MASSON, Cleber; ANDRADE, Landolfo. *Interesses difusos e coletivos*. 3 ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Método, 2013.

BENJAMIN, Antônio Herman. Direito Constitucional Ambiental Brasileiro. CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). *Direito Constitucional Ambiental brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIM, Eduardo Fortunato; FARIAS, Talden. Competência ambiental legislativa e administrativa. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 52, n. 208, p.203-245, out/dez. 2015. Trimestral. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/517705/001055894.pdf>> Acesso em: 01 jul. 2022.

BOBBIO, Norberto. *Da estrutura à função*: novos estudos da teoria do direito. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Barueri: Editora Manole, 2007.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional*. 6. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

CAPRA, Frijot. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Trad. de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 127-204, 235-314. (Casos difíceis; A justiça e os direitos; Levando os direitos a sério).

GIDDENS, Anthony. *Modernidad e identidad del yo*: el yo y la sociedad en la época contemporánea. Barcelona: Península, 1995.

KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LEITE, José Rubens Morato. Sociedade de Risco e Estado. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). *Direito Constitucional Ambiental brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LEME, Paulo Affonso Machado. Inovações na legislação ambiental brasileira: A proteção das florestas. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p.11-21, 01 jun. 2013. Semestral. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/344/252>> Acesso em: 01 jul. 2022.

MAGALHÃES, Juraci Perez. *A evolução do Direito Ambiental no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MARTÍNEZ ALIER, Juan. O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MOHN, Paulo. A repartição de competência na Constituição de 1988. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 47, n. 187, p.215-244, jul/set. 2010. Trimestral. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198704/000897830.pdf?sequence=1>> Acesso em: 01 jul. 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In *A colonialidade do saber, Eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas Latino-Americanas*. LANDER, Edgardo (org.) - Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

SACHS, Wolfgang. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000; pp. 59-83.

SAQUET, Marcos Aurelio e SPOSITO, Eliseu Savério (organizadores). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. A função social da terra. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. O direito impuro: achado na floresta, na terra e no mar. In *O Direito Achado na Rua : Introdução crítica ao direito como liberdade / organizador: José Geraldo de Sousa Junior* [et al.] – Brasília: OAB Editora ; Editora Universidade de Brasília, 2021. Disponível em: <<https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/download/116/303/1008?inline=1>>. Acesso em: 23 out. 2023.

OBS: Outros artigos e obras poderão ser indicados no decorrer das aulas e seminários.

10. CRONOGRAMA		
Mês/Ano	Dias	Conteúdo
Março/26	09	Apresentação da disciplina
	16	Posse e propriedade da terra: estar, desfrutar e conviver; Terra privatizada e de uso coletivo;
	23	Preparação de conteúdos
	30	Seminário I/ Entrega da Atividade I
Abril/26	06	Propriedade e renda da terra: poder ou atributo; Terra, território e natureza
	13	Preparação de conteúdos
	20	Seminário II
	27	Política Florestal
Maio/26	04	Preparação de Conteúdos
	11	Seminário III
	18	Política Nacional de Recursos Hídricos/ Entrega da Atividade II
	25	Preparação de conteúdos
Junho/26	01	Seminário IV
	08	Direitos da Natureza
	15	Preparação de conteúdos
	22	Seminário V/ Entrega da Atividade III - artigo final